

ELIZABETH SIQUEIRA RIBEIRO: RA 159567
MÁRCIA MARIA DA SILVA: RA158601
MÔNICA FURTADO DE MELO: RA146239.

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A PRESENÇA DE CRIANÇAS COM
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO AMBIENTE ESCOLAR**

FACULDADE METROPOLITANA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A PRESENÇA DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO
ESPECTRO AUTISTA NO AMBIENTE ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade Metropolitana do
Estado de São Paulo como exigência
parcial para obtenção do título de
Licenciado em Pedagogia.

Orientadoras: Dra. Juliana Lavezo e Profa.
Mariane Mendes Gois dos Santos

SÃO PAULO – SP
2025

Catálogo-na-Publicação Biblioteca METROPOLITANA

Ribeiro, Elizabeth Siqueira; Silva, Márcia Maria da; Melo,
Mônica Furtado de.

G196i Educação Inclusiva: A Presença De Crianças Com
Transtorno Do Espectro Autista No Ambiente Escolar /
Elizabeth Siqueira Ribeiro; Márcia Maria da Silva; Mônica
Furtado de Melo, São Paulo, 2025.

29 f.

Orientadora: Mariane Mendes Gois

Monografia (graduação) – Faculdade Metropolitana do
Estado de São Paulo, curso pedagogia, 2025.

1. Escola Inclusiva. 2. Transtorno do Espectro Autista
(TEA). 3. Práticas Pedagógicas. 4. Políticas Públicas. 5.
Equidade na Educação. I. Santos, Mariane Mendes Gois,
orient. II. Título

CDD 370

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO DE COMUNICAÇÃO CONVENCIONAL OU
ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A
FONTE E COMUNICADO AOS AUTORES A REFERÊNCIA DA CITAÇÃO.

São Paulo, 15/11/2025.

Assinatura:

AGRADECIMENTOS

Às professoras Dra. Juliana Lavezo e Profa. Mariane Mendes Gois dos Santos pelas alterações sugeridas que tiveram grande importância para o trabalho.

Minha mãe, minha maior motivação, e minha tia agradecem por cada palavra de incentivo, pelo apoio.

E minha maior inspiração minha filha por ela que eu não desisto e as amigas que construí ao longo dessa jornada.

Elizabeth Siqueira

Às professoras Dra. Juliana Lavezo e Profa. Mariane Mendes Gois dos Santos, pelas valiosas sugestões e orientações, que tiveram grande importância para o desenvolvimento deste trabalho.

Dedico este texto a todos que fizeram parte desta caminhada acadêmica, como um gesto sincero de gratidão.

À minha mãe, minha maior motivação, agradeço por cada palavra de incentivo, pelo apoio incondicional e pela força que sempre me inspirou a seguir em frente, mesmo diante dos desafios.

À minha filha, agradeço pelo carinho, pela paciência e por estar ao meu lado em todos os momentos.

Aos professores, manifesto meu profundo reconhecimento pela dedicação, paciência e compromisso em compartilhar conhecimento. Cada ensinamento contribuiu de forma significativa para o meu crescimento pessoal e profissional.

E às amigas que construí ao longo dessa trajetória, deixo meu sincero reconhecimento e afeto. Cada gesto de apoio, cada troca e cada colaboração fizeram toda a diferença em cada etapa deste percurso.

Márcia Maria da Silva

Às professoras Dra. Juliana Lavezo e Profa. Mariane Mendes Gois dos Santos pelas alterações sugeridas que tiveram grande importância para o trabalho. Aos meus poucos amigos que me incentivaram pela amizade e força nas horas difíceis.

A meus filhos e netos, pela paciência que tiveram. Ao Victor Hugo R. Muñoz que foi meu coordenador escolar e me deu várias dicas, incentivo e conselhos.

Ao meu diretor escolar, Eduardo Coli e Coordenadora, Maria Aparecida me ajudaram no meu estágio.

Aos amigos que mesmo distantes da METROPOLITANA, pela gratificante convivência.

Mônica Furtado de Melo

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) aborda a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar, destacando os desafios e avanços na implementação de práticas pedagógicas e políticas públicas voltadas à educação inclusiva. A pesquisa, de natureza bibliográfica e documental, analisa legislações, estratégias pedagógicas e obstáculos enfrentados por profissionais, famílias e instituições de ensino no contexto brasileiro. Além disso, evidencia a importância de uma atuação conjunta entre escola, família e comunidade para garantir ambientes acolhedores, respeitosos e propícios ao desenvolvimento integral de estudantes com TEA. Conclui que a efetiva inclusão requer uma transformação cultural, baseada na valorização da diversidade, na formação continuada de profissionais e na promoção de uma educação equitativa, de qualidade e acessível a todos.

Palavras-chave: Escola Inclusiva. Transtorno do Espectro Autista (TEA). Práticas Pedagógicas. Políticas Públicas. Equidade na Educação.

ABSTRACT

This Graduation Thesis (TCC) addresses the inclusion of children with Autism Spectrum Disorder (ASD) in the school context, highlighting the challenges and progress in implementing pedagogical practices and public policies aimed at inclusive education. The research, of a bibliographic and documental nature, analyzes legislation, pedagogical strategies, and obstacles faced by professionals, families, and educational institutions in the Brazilian context. It also emphasizes the importance of joint efforts among schools, families, and the community to ensure welcoming, respectful environments conducive to the comprehensive development of students with ASD. The conclusion states that effective inclusion requires a cultural transformation based on valuing diversity, ongoing professional training, and promoting an equitable, quality, and accessible education for all.

KEYWORDS: School inclusion. Autism Spectrum Disorder (ASD). Pedagogical practices. Public policies. Equity in education.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	7
2.	JUSTIFICATIVA.....	8
3.	OBJETIVOS	9
	3.1 GERAL.....	9
	3.2 ESPECÍFICOS	9
4	METODOLOGIA DA PESQUISA	10
5	CRONOGRAMA	10
6	A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL	11
	6.1 A história da Educação Inclusiva.....	11
	6.2 A Constituição Federal de 1988 e a Educação Inclusiva no Brasil	13
	6.3 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996)	15
	6.3 Outras Legislações Importantes	16
	6.5 O Plano Nacional de Educação (PNE)	16
	6.6 O atendimento educacional especializado (AEE) na inclusão escolar	17
7	A INCLUSÃO ESCOLAR E O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) 19	
	7.1 Transtorno do espectro autista (TEA).....	20
	7.2.1 Autismo Clássico (Autismo Idiopático).....	21
	7.2.2 Síndrome de Asperger.....	22
	7.3. Importância de Compreender os Diferentes Tipos de Autismo	22
	7.4 O papel do professor e das instituições de ensino no acolhimento de alunos com TEA	23
	7.5 A importância da relação entre família e escola na inclusão de crianças com TEA.....	24
8.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
9.	REFERÊNCIAS	28

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo compreender as práticas pedagógicas, as políticas públicas e os desafios envolvidos na inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na escola regular, buscando promover uma educação mais inclusiva, equitativa e de qualidade para esses estudantes. Fundamentada em uma abordagem bibliográfica e documental, de caráter qualitativo, a investigação apoia-se na análise de textos, legislações, artigos acadêmicos, livros e documentos oficiais pertinentes ao tema.

A relevância deste estudo reside na necessidade de aprofundar a compreensão acerca do processo de inclusão, considerando os avanços legislativos e as práticas pedagógicas atuais, além de refletir sobre os obstáculos e as possibilidades na execução de uma educação verdadeiramente acessível e acolhedora para crianças com TEA. Assim, espera-se contribuir para o fortalecimento de ações que promovam a sensibilização, a formação continuada dos profissionais da educação e a construção de ambientes escolares mais inclusivos, justos e socialmente responsáveis.

É necessário analisar como as escolas estão se preparando para receber alunos com deficiências e/ou outras necessidades educacionais especiais, destacando, por exemplo, os serviços de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o papel da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Dessa forma, busca-se compreender os desafios enfrentados pelos professores no atendimento a esses estudantes, bem como a postura das famílias diante desse processo, considerando também o posicionamento da sociedade de modo geral frente a essas questões.

É importante ressaltar que a educação inclusiva não é um processo simples, pois exige mudanças significativas de mentalidade e um comprometimento efetivo de toda a comunidade escolar. Torna-se imprescindível pensar em estratégias e ações que garantam o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os alunos, respeitando suas individualidades e potencialidades.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo investigar as práticas pedagógicas e as políticas públicas voltadas à educação inclusiva no ensino regular. Para isso, será realizada uma pesquisa bibliográfica, com o intuito de levantar informações sobre o tema e analisar como as escolas estão lidando

com essas questões, tendo como base teórica as obras de Sassaki (2010), Mittler (2003) e Werneck (2004). Espera-se, com isso, contribuir para a promoção de uma educação de qualidade, inclusiva e democrática.

Para fins de organização, este trabalho está estruturado em dois capítulos. No primeiro, intitulado “A Educação Especial no Brasil”, será apresentada uma breve contextualização histórica sobre os principais marcos da educação especial no país. No segundo capítulo, “A Inclusão Escolar e o Transtorno do Espectro Autista”, será abordada a temática específica do autismo, incluindo os tipos de TEA e as dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar, com o objetivo de refletir sobre uma educação baseada na equidade e na justiça social.

Diante do exposto, considera-se de extrema importância que professores, escolas e famílias compreendam o papel Assim, esta pesquisa busca contribuir para o debate sobre a inclusão de alunos com TEA no ensino regular e servir como instrumento de conscientização quanto à importância do respeito às diferenças fundamental da inclusão efetiva no ambiente escolar. Assim, esta pesquisa busca contribuir para o debate sobre a inclusão de alunos com TEA no ensino regular e servir como instrumento de conscientização quanto à importância do respeito às diferenças.

2. JUSTIFICATIVA

A necessidade de aprofundar a compreensão sobre os processos de inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no sistema educacional brasileiro justifica-se pela relevância de promover uma educação mais inclusiva, equitativa e de qualidade para esses estudantes. Apesar dos avanços legislativos e das políticas públicas estabelecidas ao longo dos anos, ainda existem desafios significativos que dificultam a efetiva implementação da inclusão, como a insuficiência de recursos especializados, a formação inadequada dos profissionais da educação e a resistência de alguns setores da comunidade escolar.

Ao abordar esse tema, busca-se responder à questão central: como as políticas públicas, as práticas pedagógicas e o papel da escola podem contribuir para uma inclusão efetiva de alunos com TEA? Essa investigação é

essencial, pois a inclusão não se resume à adaptação física de ambientes escolares, mas envolve uma transformação cultural que valorize a diversidade e promova a equidade no acesso ao conhecimento.

Além de colaborar com o campo acadêmico, este trabalho objetiva oferecer subsídios práticos para professores, gestores escolares e famílias, contribuindo para a construção de uma educação mais justa, democrática e acessível. Dessa forma, espera-se que os resultados possam fortalecer ações de sensibilização, formação continuada de profissionais e o desenvolvimento de estratégias pedagógicas eficazes, promovendo o pleno direito de aprendizagem dos estudantes com TEA e favorecendo uma convivência escolar mais inclusiva.

3. OBJETIVOS

3.1 GERAL

Compreender as práticas pedagógicas, as políticas públicas e os desafios enfrentados na inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na escola regular, visando promover uma educação mais inclusiva, equitativa e de qualidade para esses estudantes.

3.2 ESPECÍFICOS

- Identificar as principais legislações e políticas públicas que garantem a inclusão de alunos com TEA no sistema educacional brasileiro.
- Analisar as estratégias pedagógicas adotadas pelas escolas para atender às necessidades específicas das crianças com TEA.
- Verificar os obstáculos e dificuldades enfrentados pelos professores, gestores e famílias na implementação de práticas inclusivas.
- Investigar o papel da formação continuada dos profissionais de educação na efetivação da inclusão de estudantes com TEA.
- Avaliar o impacto das ações de inclusão na convivência escolar, no

desenvolvimento e na aprendizagem dos alunos com TEA.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia utilizada fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, voltada à análise e interpretação de produções teóricas, científicas e legais sobre a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto escolar brasileiro. Essa escolha metodológica permite uma compreensão aprofundada das práticas pedagógicas, políticas públicas e desafios presentes na efetivação da educação inclusiva.

O universo de investigação compreende a análise de textos, legislações, artigos acadêmicos, livros e documentos oficiais relacionados ao tema. Como se trata de uma pesquisa de natureza bibliográfica, não há uma amostra empírica, mas sim um conjunto de referências relevantes à temática.

Para a coleta de dados, serão utilizados instrumentos como leitura e avaliação crítica de materiais teóricos, além de análise de legislações e normativas pertinentes. A seleção das fontes será realizada com base em critérios de relevância, atualidade e pertinência ao objeto de estudo.

A análise dos dados será realizada por meio de uma abordagem qualitativa, com técnica de análise de conteúdo, buscando identificar categorias, conceitos e temas recorrentes, bem como relações entre as ações, legislações e práticas pedagógicas abordadas na literatura. Dessa forma, será possível compreender as tendências, avanços e obstáculos na implementação da inclusão de crianças com TEA no contexto escolar brasileiro.

5 CRONOGRAMA

Atividades	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Pesquisa do tema e elaboração do projeto	X								
Pesquisa bibliográfica e revisão de literatura	X	X							
Coleta de dados (se aplicável, via entrevistas, questionários, etc.)		X	X						
Análise e interpretação dos dados			X						
Elaboração do relatório e escrita do trabalho			X						
Revisão, formatação e apresentação final			X						
Entrega final do trabalho			X						

6 A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

Neste capítulo, será abordado o movimento em prol da educação inclusiva no Brasil, com ênfase no processo histórico que levou à consolidação de políticas públicas voltadas ao atendimento de alunos com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais. Serão analisadas as principais legislações que regulamentam a educação especial no país, tais como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), entre outros dispositivos legais que garantem o direito à educação inclusiva.

Além disso, será discutido o conceito de inclusão escolar e o papel do Atendimento Educacional Especializado (AEE), considerado um dos pilares fundamentais para a efetivação de práticas pedagógicas inclusivas nas instituições de ensino regular.

Busca-se, com isso, compreender como o sistema educacional brasileiro tem se estruturado para garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os alunos, respeitando suas especificidades e promovendo a equidade no ambiente escolar.

6.1 A história da Educação Inclusiva

A educação inclusiva de crianças com necessidades educacionais especiais no Brasil começou a tomar forma na década de 1930. Em 1954, foi criada a primeira Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE), que passou a atender crianças, jovens e adultos com deficiência intelectual. A APAE oferecia serviços multidisciplinares, com foco na habilitação e reabilitação, tanto física quanto intelectual. Além disso, a organização contribuiu para a conscientização sobre a importância da escolarização e da inclusão social dessas crianças. De acordo com Sassaki (2010), é fundamental que a sociedade se transforme para atender as necessidades de todos os seus membros, incluindo aqueles com deficiência, de forma a promover sua verdadeira inclusão social:

"Para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser

modificada a partir do entendimento de que ela é que precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros. O desenvolvimento, por meio da educação, reabilitação e qualificação do profissional técnico, das pessoas com deficiência deve ocorrer dentro do processo de inclusão e não como um pré-requisito para estas pessoas poderem fazer parte da sociedade." (SASSAKI, 2010, p. 40)

Na década de 1970, o Ministério da Educação (MEC) desenvolveu a Política de Educação Especial, que levou à criação de classes especiais e escolas voltadas para o atendimento de alunos com deficiência. No entanto, foi somente em 1994, com a realização da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, que a educação inclusiva ganhou força. A partir da Declaração de Salamanca, passou a ser imperativo que as escolas regulares adotassem práticas inclusivas, com o objetivo de combater a discriminação e assegurar o direito à educação para todos. Segundo a Declaração de Salamanca:

"As escolas devem incluir crianças deficientes, superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados." (BRASIL, SALAMANCA, 1994)

A partir do Manifesto de Maceió, a Educação Inclusiva no Brasil ganhou novos contornos, sendo estabelecida como um princípio fundamental, com base na *Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women* (CEDAW) e na *Convention on the Rights of the Child* (CRC), documentos internacionais amplamente reconhecidos.

O percurso da Educação Inclusiva no Brasil foi marcado por vários desafios, **mas** também por avanços significativos. Antes da Constituição Federal de 1988, não havia legislação específica que garantisse o direito à educação para todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas, psicológicas ou sociais. A Constituição de 1988 foi um marco importante ao reconhecer a educação como um direito universal. Posteriormente, em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

(LDB) nº 9.394 estabeleceu a inclusão como princípio fundamental do sistema educacional brasileiro.

Em 2004, a Lei nº 10.436 assegurou direitos para as pessoas com deficiência, estabelecendo que elas deveriam ter acesso à educação nas escolas regulares, com apoio pedagógico e especializado. Essa legislação também determinava a necessidade de capacitação dos professores para atender a esses alunos de forma adequada.

A grande conquista veio em 2008, com a criação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), consolidando a Educação Inclusiva como um direito legal. O artigo 1º dessa lei estabelece que:

"É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania." (BRASIL, 2015)

Com o passar dos anos, o Brasil tem avançado significativamente na implementação de políticas públicas e programas específicos voltados para a inclusão educacional. No entanto, é essencial que o Estado continue trabalhando para garantir o direito à Educação Inclusiva para todos, independentemente de suas condições, com o objetivo de construir uma sociedade mais justa e igualitária.

6.2 A Constituição Federal de 1988 e a Educação Inclusiva no Brasil

A Constituição Federal de 1988 propôs uma visão contemporânea de respeito e igualdade para todos, buscando universalizar o acesso à educação. Este princípio foi estendido para garantir que os alunos com necessidades educacionais especiais também fossem atendidos. A partir dessa perspectiva, a construção de políticas públicas que promovessem a inclusão escolar foi considerada fundamental.

Um dos artigos mais importantes da CF/1988 é o artigo 3º, inciso IV, que define como objetivo "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem,

raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação". A educação, portanto, é entendida como um direito de todos, sendo responsabilidade do Estado assegurar o pleno desenvolvimento de crianças, jovens e adultos, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

Essa responsabilidade também é um compromisso com o início de um processo de inclusão escolar.

Nos artigos 206 e 208, a Constituição estabelece os princípios e diretrizes da educação brasileira, destacando a necessidade de garantir igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Além disso, assegura o atendimento educacional especializado para portadores de deficiência, com preferência para a rede regular de ensino:

Art. 206 - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, com planos de carreira estabelecidos por concurso público;
- VI - gestão democrática do ensino público;
- VII - garantia de padrão de qualidade.

Art. 208 - O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

- I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos;
- II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;
- III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV - educação infantil para crianças até 5 anos;
- V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística;
- VI - oferta de ensino noturno adequado às condições

dos educandos;

VII - atendimento aos educandos por meio de programas suplementares de material didático, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Art.206 e 208, BRASIL,1998).

Portanto, a Constituição de 1988 é um dos principais instrumentos legais que fundamenta a educação inclusiva no Brasil. Ela estabelece que a educação é um direito universal e um dever do Estado, devendo ser oferecida de forma inclusiva, assegurando o pleno desenvolvimento da pessoa e sua preparação para o exercício da cidadania e do trabalho.

6.3 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996)

Em dezembro de 1996, foi sancionada a Lei nº 9.394/96, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Essa lei reafirma a educação especial e a necessidade de que ela seja oferecida preferencialmente nas escolas regulares, com a implementação de serviços de apoio especializado.

O artigo 58 da LDB define a educação especial como a modalidade de ensino destinada a educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, que deve ser oferecida, sempre que possível, na rede regular de ensino. Caso necessário, serviços de apoio especializado devem ser oferecidos para atender às necessidades específicas desses alunos.

Art. 58 - A educação especial será oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, com serviços de apoio quando necessário, e o atendimento será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que a integração nas classes comuns não for possível.

Além disso, o artigo 4º da LDB estabelece que o Estado tem o dever de garantir atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, preferencialmente nas escolas regulares.

Art. 4º - O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de
III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino.

6.3 Outras Legislações Importantes

Além da Constituição de 1988 e da LDB de 1996, várias outras legislações fortaleceram a educação inclusiva no Brasil. Em 2008, foi sancionada a Lei nº 11.769, que tornou obrigatório o ensino da música nas escolas de educação básica, evidenciando a necessidade de uma educação abrangente que considere diversas áreas do conhecimento e diferentes habilidades.

A Lei nº 13.146/2015, também conhecida como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, é outro marco importante. Ela assegura os direitos das pessoas com deficiência, incluindo o direito à educação em igualdade de condições com as demais pessoas. A lei também determina a inclusão de estudantes com deficiência nas escolas regulares e o fornecimento de recursos e tecnologias assistivas para facilitar a aprendizagem desses alunos.

Art. 4º - Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá qualquer tipo de discriminação, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e a falta de fornecimento de tecnologias assistivas.

6.5 O Plano Nacional de Educação (PNE)

O Plano Nacional de Educação (PNE) também tem sido fundamental para a promoção da educação inclusiva no Brasil. O PNE estabelece metas e estratégias para o desenvolvimento da educação no país, incluindo a meta de universalizar, até 2024, o atendimento escolar a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino.

Além disso, o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, do

Ministério da Educação, e o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) têm contribuído para a implementação da educação inclusiva, oferecendo recursos e tecnologias assistivas para estudantes com deficiência.

A legislação brasileira tem avançado de forma significativa para garantir o direito à educação inclusiva, visando assegurar o acesso e a permanência de todos os estudantes na escola, independentemente de suas condições pessoais, físicas ou sociais. A educação inclusiva no Brasil é amparada por uma rede de leis e normativas que garantem a todos o direito de aprender em igualdade de condições e participar plenamente da sociedade.

6.6 O atendimento educacional especializado (AEE) na inclusão escolar.

A inclusão escolar é um processo que visa garantir o direito à educação a todos os alunos, independentemente de suas características individuais ou necessidades específicas. Esse processo implica uma transformação profunda na cultura e na estrutura do sistema educacional, com o objetivo de criar um ambiente de aprendizagem acessível e inclusivo para todos. Nesse contexto, foi criado o Atendimento Educacional Especializado (AEE), um serviço que oferece suporte pedagógico complementar e suplementar a estudantes com deficiência e outras necessidades educacionais especiais.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), o AEE destina-se, entre outros, a alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), síndromes do espectro autista e psicose infantil, ou seja, estudantes que apresentam dificuldades significativas na interação social recíproca e na comunicação, além de padrões restritos e repetitivos de comportamento e interesses (BRASIL, 2007).

Uma das medidas mais relevantes para a efetivação da inclusão escolar é o AEE, que se constitui em um conjunto de estratégias pedagógicas, atividades específicas e no uso de materiais e equipamentos didáticos que auxiliam os alunos com necessidades educacionais especiais a superarem suas limitações e aproveitarem plenamente sua experiência escolar. Para participar do AEE, o estudante deve estar matriculado no ensino regular, pois o atendimento é oferecido tanto em escolas públicas quanto privadas, de forma gratuita. É fundamental que as instituições sigam as diretrizes da **Política

Nacional de Educação Especial e as Diretrizes Operacionais da Educação Especial na Educação Básica.

O AEE tem como finalidade complementar a formação do aluno, oferecendo apoio não apenas dentro do ambiente escolar, mas também contribuindo para o seu desenvolvimento fora da escola. O atendimento ocorre, em geral, em **salas de recursos multifuncionais, equipadas com materiais pedagógicos e tecnológicos que favorecem o aprendizado e o desenvolvimento das habilidades dos estudantes. A realização do AEE no próprio ambiente escolar é de extrema importância, pois permite um acompanhamento contínuo e integrado à rotina do aluno.

O principal objetivo do AEE é proporcionar uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa, garantindo que todos os alunos, independentemente de suas características ou necessidades, possam desenvolver plenamente seu potencial. Assim, o AEE constitui-se em uma medida essencial para assegurar a igualdade de oportunidades e o direito à educação para todos.

Segundo Sassaki (2010, p. 33), o AEE representa “um esforço para inserir pessoas com deficiência na sociedade, permitindo que alcancem um nível de competência compatível com os padrões sociais vigentes”.

Esse atendimento é realizado por uma **equipe multidisciplinar, composta por profissionais especializados, como professores de educação especial, fonoaudiólogos, psicólogos e terapeutas ocupacionais. Esses profissionais atuam em parceria com os professores do ensino regular, de modo a garantir uma articulação entre o ensino especializado e o ensino comum, assegurando que as aprendizagens sejam integradas e coerentes.

A oferta do AEE é uma obrigação legal, prevista na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que, em seu artigo 8º, estabelece ser dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação de direitos fundamentais como educação, saúde e alimentação, entre outros. A referida lei também reforça que o AEE deve ser ofertado **preferencialmente na rede regular de ensino.

Em síntese, o AEE é um serviço indispensável para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, pois complementa e suplementa o ensino regular,

promovendo a integração desses alunos ao processo educacional. Dessa forma, a inclusão escolar busca garantir que todos participem ativamente do ensino-aprendizagem, enquanto o AEE oferece suporte especializado para atender às suas necessidades específicas. Ambas as estratégias são fundamentais para a consolidação da educação inclusiva no Brasil, respaldadas por legislação e políticas públicas educacionais.

7 A INCLUSÃO ESCOLAR E O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

A inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) representa um dos principais desafios da educação contemporânea, por envolver aspectos pedagógicos, estruturais, sociais e formativos. Castanedo (2007) aponta que, em casos de autismo profundo, a inclusão em escolas regulares pode não alcançar resultados satisfatórios, mesmo com adaptações curriculares, sendo necessária, em alguns contextos, a oferta de educação especializada ou serviços de apoio intensivo. Tais situações evidenciam a complexidade e diversidade das necessidades no espectro.

Para a maior parte dos estudantes com habilidades básicas de comunicação, socialização e compreensão, entretanto, a inclusão em escolas comuns é possível e desejável. Essa inclusão demanda preparo adequado das instituições e dos profissionais envolvidos. Um dos fatores essenciais nesse processo é a formação docente, uma vez que muitos professores ainda se sentem inseguros sobre como adaptar práticas pedagógicas frente às especificidades do TEA. Castanedo ressalta que a atuação desses profissionais requer motivação, competência técnica e acesso a recursos que viabilizem estratégias eficazes.

É importante compreender que a inclusão não é responsabilidade exclusiva do professor regente. Trata-se de um compromisso compartilhado entre todos os atores do contexto escolar — equipe pedagógica, gestores, profissionais de apoio e especialistas — além da própria família. A colaboração entre esses sujeitos favorece intervenções coerentes, contínuas e adequadas às necessidades da criança.

Outro aspecto essencial refere-se à infraestrutura escolar. Muitas

instituições ainda não dispõem de salas de recursos multifuncionais, acessibilidade arquitetônica ou espaços organizados que atendam estudantes com necessidades complexas. A pesquisa discutida evidencia, por exemplo, a ausência de salas no térreo para alunos com dificuldades motoras ou risco elevado de acidentes, o que representa um entrave à segurança e à inclusão plena.

A família também desempenha papel central na inclusão de crianças com TEA. Pais e responsáveis, muitas vezes, vivenciam níveis elevados de estresse diante do diagnóstico e têm participação determinante na construção de rotinas e no acompanhamento das intervenções pedagógicas e terapêuticas. Sua presença ativa fortalece o diálogo com a escola e contribui para o desenvolvimento global da criança.

Dessa forma, a inclusão escolar não se limita à presença física do aluno na sala de aula. Ela implica compromisso ético, reorganização institucional e práticas pedagógicas fundamentadas que promovam respeito às diferenças e valorização da diversidade. Investir na formação docente, fortalecer o trabalho colaborativo e garantir estrutura adequada são passos essenciais para que a inclusão de estudantes autistas seja efetiva e transformadora.

7.1 Transtorno do espectro autista (TEA)

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por alterações na comunicação, na interação social e nos padrões de comportamento. As pessoas com TEA podem apresentar dificuldades na linguagem verbal e não verbal, na compreensão de nuances sociais, na interação com pares e na adaptação a mudanças na rotina. Comportamentos repetitivos e interesses restritos também são comuns.

O termo “espectro” destaca a ampla variação na manifestação dos sintomas, que podem ser leves, moderados ou severos. Enquanto alguns indivíduos demonstram grande autonomia, outros necessitam de apoio contínuo para realizar atividades cotidianas. Por esse motivo, torna-se essencial uma abordagem individualizada que considere o perfil, as potencialidades e as necessidades de cada pessoa.

O diagnóstico é realizado por profissionais da saúde mental, como psicólogos e psiquiatras, a partir de avaliações clínicas, entrevistas e instrumentos padronizados. O tratamento envolve uma equipe multidisciplinar, médicos, psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e outros, e costuma incluir terapias comportamentais, intervenções de comunicação, terapia ocupacional e, quando necessário, uso de medicações.

7.2 Tipos de Autismo: Compreendendo as Diferenças no Espectro Autista

O TEA abrange uma variedade de manifestações que impactam a comunicação, a interação social, a flexibilidade cognitiva e o comportamento. A heterogeneidade do espectro evidencia a importância de compreender diferentes perfis, a fim de orientar práticas pedagógicas e intervenções mais eficazes. Embora o DSM-5 tenha unificado diagnósticos anteriormente separados, algumas classificações seguem sendo utilizadas por profissionais para fins clínicos e educativos:

Autismo leve (Nível 1): o indivíduo apresenta dificuldades sociais e comportamentais, mas desenvolve autonomia relativa, necessitando de apoio moderado.

Autismo moderado (Nível 2): requer apoio substancial, devido a limitações mais significativas na comunicação e comportamento.

Autismo severo (Nível 3): envolve comprometimentos acentuados e demanda apoio contínuo e intensivo.

Tais classificações auxiliam na organização das intervenções, mas não devem ser interpretadas como rótulos fixos, pois o desenvolvimento depende de fatores como ambiente, suporte familiar e qualidade das intervenções.

7.2.1 Autismo Clássico (Autismo Idiopático)

O autismo clássico, também chamado autismo idiopático, constitui a forma mais tradicionalmente reconhecida do transtorno. Seus sinais normalmente surgem precocemente, antes dos três anos de idade. Crianças com essa apresentação costumam apresentar dificuldades significativas na comunicação verbal e não verbal, comportamentos repetitivos, interesses

restritos e limitações importantes na interação social.

Entre os sintomas mais frequentes estão atraso ou ausência de fala, dificuldade em estabelecer contato visual, dificuldade em compreender ou expressar emoções e comportamentos estereotipados, como balanços corporais, movimentos repetitivos das mãos ou o ato de girar objetos. A intensidade dessas manifestações pode variar, de modo que alguns indivíduos apresentam habilidades cognitivas preservadas, enquanto outros enfrentam déficits intelectuais importantes.

7.2.2 Síndrome de Asperger

A Síndrome de Asperger foi amplamente reconhecida como uma categoria específica dentro do espectro até sua incorporação ao diagnóstico unificado de TEA pelo DSM-5. Ela se caracteriza por dificuldades significativas na interação social e comportamentos repetitivos, porém sem atraso expressivo na linguagem ou prejuízos cognitivos. Em geral, indivíduos com Asperger apresentam inteligência dentro ou acima da média.

Essas pessoas costumam demonstrar interesses intensos e restritos, além de dificuldade em interpretar nuances sociais, como ironias, piadas, gestos e expressões faciais. Embora enfrentem desafios sociais e emocionais, muitos desenvolvem habilidades específicas e apresentam bom nível de autonomia em vários contextos da vida cotidiana.

7.3. Importância de Compreender os Diferentes Tipos de Autismo

A compreensão das diferentes apresentações do espectro é fundamental para orientar intervenções terapêuticas, estratégias pedagógicas e ações de apoio social. Indivíduos com autismo de alto funcionamento podem se beneficiar amplamente de programas de inclusão em escolas regulares, enquanto aqueles com autismo severo podem necessitar de adaptações intensas, ambientes especializados e maior suporte para desenvolver habilidades essenciais.

Além de auxiliar na prática profissional, esse entendimento contribui para a redução de estigmas e para a promoção de uma sociedade mais empática e acolhedora, que reconheça as particularidades e potencialidades de cada

pessoa autista.

7.4 O papel do professor e das instituições de ensino no acolhimento de alunos com TEA

O professor constitui-se como um agente fundamental na efetivação da educação inclusiva, especialmente no que se refere ao atendimento de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Para garantir práticas pedagógicas que respeitem as singularidades desses alunos, é imprescindível que o docente esteja capacitado para reconhecer suas necessidades específicas e adaptar metodologias, recursos e estratégias de ensino de maneira intencional e fundamentada.

A inclusão escolar demanda do educador uma postura acolhedora, sensível e flexível, sustentada pela formação continuada acerca das características do TEA e de suas implicações no processo de aprendizagem. É necessário compreender que cada criança no espectro possui modos particulares de se comunicar, interagir e construir conhecimentos. Assim, o professor precisa desenvolver práticas pedagógicas que considerem essa diversidade, garantindo condições reais de participação e desenvolvimento. Nesse sentido, Mittler (2003, p. 36) destaca que “a rua de acesso à inclusão não tem um fim porque ela é, em sua essência, mais um processo do que um destino”, reforçando a natureza contínua e transformadora do trabalho inclusivo.

A atuação docente deve contemplar o planejamento de estratégias fundamentadas, tais como o uso de recursos visuais, a elaboração de atividades práticas e sensoriais, o estabelecimento de rotinas estruturadas e previsíveis, além da utilização de reforços positivos para estimular comportamentos adequados. A implementação de Planos de Ensino Individualizados (PEI) também se mostra uma ferramenta essencial para direcionar intervenções pedagógicas de acordo com as necessidades, potencialidades e ritmos de aprendizagem de cada estudante. Além disso, o professor tem a responsabilidade de promover oportunidades de interação social, incentivando a participação ativa das crianças com TEA nas atividades coletivas e favorecendo a construção de vínculos, o respeito às diferenças e o

sentimento de pertencimento no grupo.

As instituições de ensino, por sua vez, desempenham papel corresponsável no processo inclusivo. A escola deve assegurar condições estruturais e pedagógicas adequadas, o que envolve a acessibilidade física, a oferta de salas de recursos multifuncionais, a formação de toda a equipe escolar e o suporte de profissionais especializados, como psicólogos, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos. Além disso, é fundamental que as instituições fomentem uma cultura escolar inclusiva, pautada no acolhimento, na cooperação e na valorização das diversidades humanas.

O sucesso da inclusão depende de uma ação articulada entre professores, gestão escolar, equipe multidisciplinar e família. A participação ativa dos responsáveis é essencial para garantir continuidade e coerência entre as práticas escolares e o contexto familiar. Entre as estratégias que potencializam o processo inclusivo, destacam-se:

- o uso de recursos visuais (pictogramas, esquemas e imagens);
- atividades concretas e manipulativas;
- reforço positivo para estímulo e regulação comportamental;
- rotinas organizadas e previsíveis;
- diálogo constante com a família e profissionais da área da saúde e educação.

Dessa forma, o professor assume papel central na mediação entre o aluno com TEA e o ambiente escolar, contribuindo para a construção de práticas pedagógicas que promovam o desenvolvimento integral, a autonomia e a participação social desses estudantes. A inclusão, nesse sentido, configura-se como um compromisso ético, pedagógico e institucional voltado à construção de uma escola democrática, equitativa e verdadeiramente transformadora.

7.5A importância da relação entre família e escola na inclusão de crianças com TEA

A família constitui o primeiro contexto de desenvolvimento da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA), sendo responsável por estabelecer as bases afetivas, sociais e cognitivas que orientam sua trajetória inicial. É

nesse núcleo que, geralmente, são percebidos os primeiros sinais de desenvolvimento atípico e onde se iniciam os estímulos fundamentais para o fortalecimento das habilidades da criança. Assim, a participação ativa e sensível dos responsáveis é indispensável para o desenvolvimento global e para o bem-estar emocional do estudante.

No âmbito pedagógico, a escola assume um papel complementar, oferecendo um ambiente estruturado de aprendizagem, convivência e interação social. Para que o processo de inclusão seja efetivo, torna-se essencial a construção de uma parceria sólida entre família e instituição escolar. Uma comunicação contínua, transparente e colaborativa entre esses dois contextos possibilita o compartilhamento de informações pertinentes sobre o comportamento, as necessidades e os avanços da criança, favorecendo o planejamento de práticas pedagógicas adequadas.

A participação da família em reuniões, projetos pedagógicos e ações escolares contribui significativamente para o processo de inclusão, pois fortalece os vínculos com a escola e amplia o entendimento sobre o desenvolvimento da criança. Essa atuação conjunta permite alinhar expectativas, propor intervenções coerentes e garantir que o estudante receba apoio consistente tanto no ambiente doméstico quanto no escolar.

Nesse cenário, a escola deve promover um ambiente acolhedor, respeitando a singularidade da criança com TEA e reconhecendo que o diálogo entre os diferentes atores do processo educativo é essencial para uma prática pedagógica inclusiva. A cooperação entre família e escola não apenas potencializa o desenvolvimento acadêmico, social e emocional do estudante, como também contribui para a construção de uma cultura escolar pautada no respeito à diversidade.

Portanto, compreender a importância dessa relação é fundamental para que a inclusão se concretize de maneira efetiva. Ao consolidar uma parceria ética, dialógica e participativa, família e escola tornam-se corresponsáveis pela promoção de um ambiente educativo equitativo, acessível e humanizado, que favoreça o pleno desenvolvimento da criança com TEA.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o estudo sobre a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar, torna-se evidente que a inclusão transcende o simples acesso físico ao ambiente escolar. Trata-se de um processo que requer uma mudança profunda de mentalidade e de atitudes por parte de toda a comunidade educativa, professores, gestores, estudantes, funcionários e famílias, visando à construção de um espaço educacional comprometido com o respeito às diferenças e com a equidade. Em sua essência, a inclusão representa uma transformação cultural que assegura a todos o direito a uma educação de qualidade.

Os dados discutidos evidenciam que a efetivação de práticas pedagógicas inclusivas e a consolidação de políticas públicas são fundamentais para garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem dos estudantes com TEA. Embora o cenário brasileiro conte com um arcabouço legal robusto, persistem desafios significativos, como a insuficiência de recursos especializados, a formação inadequada dos profissionais da educação e a resistência de parte da comunidade escolar. Esses obstáculos revelam a necessidade de investir na sensibilização e na capacitação contínua dos docentes, de modo que possam compreender as especificidades do TEA e desenvolver estratégias que promovam uma inclusão não somente física, mas social e pedagógica.

As crianças com TEA enfrentam diferentes dificuldades no contexto escolar, envolvendo comunicação, interação social, regulação emocional e comportamento. Em muitos casos, essas dificuldades são intensificadas por ambientes pouco acolhedores ou por práticas que reforçam estigmas. Assim, cabe à escola assumir um papel ativo na construção de um espaço que valorize as potencialidades de cada estudante, realizando adaptações curriculares e metodológicas que favoreçam sua participação plena no processo de ensino-aprendizagem.

Outro ponto relevante diz respeito ao papel da família. Os responsáveis convivem diariamente com as demandas específicas do desenvolvimento da criança com TEA e desempenham função decisiva no processo inclusivo. A parceria entre escola e família é indispensável para o planejamento de

intervenções coerentes e eficazes, possibilitando maior segurança emocional à criança e promovendo continuidade entre o ambiente doméstico e o escolar. Nesse sentido, a formação de redes de apoio, envolvendo educadores, profissionais da saúde, familiares e a comunidade, mostra-se essencial para o desenvolvimento integral do estudante.

Por fim, o estudo reafirma que a consolidação da inclusão escolar depende de ações articuladas do poder público, responsáveis por fortalecer políticas, garantir recursos materiais e humanos e assegurar formação continuada aos profissionais da educação. A sociedade, por sua vez, deve assumir o compromisso ético de valorizar a diversidade, compreendendo-a como oportunidade de crescimento coletivo.

Conclui-se que a inclusão de crianças com TEA na escola regular constitui um desafio que exige engajamento, sensibilidade e responsabilidade de todos os envolvidos. Mais do que assegurar o acesso, é necessário construir ambientes acolhedores, promover o respeito às diferenças e oferecer condições reais de aprendizagem e desenvolvimento. Somente assim será possível avançar na direção de uma sociedade mais justa, democrática e verdadeiramente inclusiva.

9. REFERÊNCIAS

ART. 4, inc. III da Lei de Diretrizes e Bases – Lei 9.394/96 | Jusbrasil. **Jusbrasil**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11696516/inciso-iii-do-artigo-4-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996>. Acesso em: 05 maio 2025.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Brasília: MEC; Salamanca, Espanha, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 05 maio 2025..

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial.

Atendimento educacional especializado: formação continuada a distância de professores para o atendimento educacional especializado. Aspectos legais e orientações pedagógicas. Brasília: SEESP/MEC, 2007.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Brasília: MJ/SG, 2015. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 05 maio 2025

CASTANEDO, Celedonio. Autismo infantil: avaliação e intervenção psicopedagógica. In: GONZÁLES, Eugenio (org.). **Necessidades educacionais específicas: intervenção psicoeducacional**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. (Coleção Cotidiano Escolar).

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Construindo uma sociedade para todos**. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SÚMULA: política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. I - Apresentação. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 28, n. 75, p. 269-273, 2008.

WERNECK, Claudia. **Modelo médico x modelo social da deficiência: manual da mídia legal 3: comunicadores pela saúde**. Rio de Janeiro: Escola de Gente, WVA, 2004.